



ACÓRDÃO Nº518/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10928/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Careiro da Várzea
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Maria da Conceição da Costa e Costa (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5.608/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Representação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Sra. Maria da Conceição da Costa e Costa**, responsável pela **Câmara Municipal do Careiro da Várzea**, exercício de **2018**, nos termos do art. 22, inciso II da LO-TCE-AM c/c artigo 188, inciso I e § 1º, inciso II da Resolução TCE nº 04/2002, com as ressalvas indicadas nos achados 02 e 08 da DICAMI.
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Maria da Conceição da Costa e Costa**, no valor de **R\$ 5.000,00**, nos termos do **art. 54, inciso VII da Lei Orgânica do TCE/AM**, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE", em face dos seguintes achados constantes da Notificação nº 01/2019-DICAMI:
 - 10.2.1. Achado 02 - ausência de disponibilidade financeira ante as obrigações nos últimos dois quadrimestres de seu exercício, descumprimento do disposto no art. 42 da LRF;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº518/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.2. Achado 08 - atraso de 87 dias na publicação do extrato das cartas contratos (02 e 03/2018) no Diário Oficial dos Municípios, descumprindo o disposto no art. 61, parágrafo único da Lei nacional nº 8.666/93 e o art. 90, §§ 1º e 4º da Lei Orgânica do município do Careiro da Várzea.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável

10.3. Representar ao Ministério Público Estadual, em face do achado 08 da DICAMI, para que adote as medidas que entender cabíveis.

10.4. Dar ciência à Sra. Maria da Conceição da Costa e Costa, por meio de seus patronos, acerca do julgado.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Junho de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral